

O presente trabalho pretende demonstrar a obediência de uma lei injusta em uma determinada concepção de justiça que vise a equidade, dentro de uma sociedade bem ordenada segundo as idéias de John Rawls em sua obra Uma Teoria da Justiça. Evidencia-se esta importância de se obedecer a uma lei injusta, quando necessário, para que continue se respeitando o compromisso maior com o dever da justiça que todos os cidadãos possuem. O método utilizado foi o indutivo com base em pesquisa bibliográfica. Mostra-se que a primeira grande questão a ser levantada é saber quando se deve obedecer a uma lei injusta, já que Rawls considera um erro dizer que nunca existe a obrigação de obedecer a uma lei injusta. Havendo uma sociedade em conformidade com os preceitos básicos de justiça, devem-se reconhecer as leis injustas como obrigatórias, quando as mesmas não ferem o princípio dominante de justiça. Parte-se do princípio, que em uma sociedade perfeitamente justa, todas as leis são rigorosamente obedecidas por todos. Porém, quando o cidadão se depara com uma situação em que não basta apenas se ajustar a determinadas limitações, mas sim, depara-se com a injustiça, é necessário verificar como a concepção ideal de justiça em vigor nesta sociedade se aplica a este caso de injustiça. Conclui-se que, é necessário verificar se houve uma violação efetiva da concepção predominante da justiça, por causa desta injustiça, pra que se procure reverter esta situação. Se não, é presumível que se viva em uma sociedade quase justa em que se obedeça a leis justas e injustas, já que a constituição de uma sociedade bem ordenada que vise a justiça como equidade é visto como um procedimento justo, mas imperfeito, já que não existe nenhum processo político que garanta que as leis estabelecidas serão sempre justas.